# 016ª SESSÃO ORDINÁRIA 13MAR2019

# (Texto com revisão.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

**Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Mário Marcontônio, pai do nosso colega vereador e secretário Luciano Marcontônio.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento):** Sra. Presidente, eu queria solicitar, em nome de todos nós, vereadores, para encerrarmos a sessão e podermos prestar as últimas homenagens ao pai do nosso colega Luciano Marcantônio.

**Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento):** Logicamente todos nós queremos ir lá nos solidarizar com o nosso colega, mas poderíamos dar oportunidade de alguns líderes se manifestarem, pois temos colegas que não chegaram ainda no plenário e, como estamos no início da sessão, vão ficar com falta. Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período e Pauta. Após retornamos à ordem normal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Passamos à

**PAUTA**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.ª Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, vejam só, na 2ª sessão de Pauta novamente dois projetos do ex-vereador Rodrigo Maroni que vão ser frutos de chacota. Nos últimos dois anos, o Ver. Mendes Ribeiro compartilha comigo a CCJ, neste ano junto com o Ver. Ricardo – o Ver. Janta está há dois anos, o Ver. Márcio Bins Ely também, e outros. Nós temos sido rigorosos, Ver. Mauro Pinheiro, com projetos que não têm cabimento. Antes que a imprensa, novamente, que não tem o que falar porque não acompanha esta Casa efetivamente, venha achincalhar, isso aqui não passará de uma reunião expedita na CCJ, Ver. Hamilton. Nós temos que nos preocupar com a vida real das pessoas, com as árvores que são podadas indevidamente, com os animais que andam soltos por aí, sem a devida atenção. Sobre esses dois projetos me recuso a ler as ementas e a dizer do que se tratam para não sofrer outra chacota. Esta é uma Casa séria, não é uma Casa para fazer populismo, não é uma Casa, meu líder, Ver. Sgarbossa, vereadores Oliboni e Comassetto, para que a gente perca tempo com esse tipo de procedimento. Nós temos que ir ao âmago das questões, estamos às vésperas de uma audiência pública para discutir, sim, o PLCE nº 02/19, importante, porque se trata de defender, na minha visão, a Cidade, o serviço público, os servidores. Outros pensam diferentemente, mas o debate será feito, inclusive, em audiência pública. Nós temos projetos importantes aqui. O suplente de vereador Luciano Victorino apresenta algumas questões que vão ensejar um debate. Eu diria que este projeto é muito mais um pedido de providências acerca de um projeto, mas não tem nenhum menosprezo com isso; muito pelo contrário, no pouco que ele esteve aqui, demonstrou ser um parlamentar capaz, jovem, dinâmico e que quer contribuir com a Cidade. O Ver. Mendes Ribeiro tem apresentado um conjunto de propostas – eu tenho acompanhado – muito mais trabalhando a questão de programas, sempre com inteligência e assessoria no limite do que comporta à Câmara Municipal de Vereadores. Isso é correto, isso é saber fazer atividade parlamentar, minha Presidente Mônica Leal. É disso que precisamos, nós temos que ter mais para fazer grandes debates, como os das quintas-feiras. Inclusive, fiz uma sugestão a V. Exa. – aqui a maioria desconhece que há o centro de mediação da Prefeitura – para convidar a procuradora responsável, porque há inclusive uma Câmara de Indenizações Administrativas, algo extremamente importante

que a Prefeitura faz com sucesso, que é bom para a Cidade. Isso, sim, é aproveitar bem o tempo desta Câmara Municipal. Isso, sim, tem sentido para a nossa Cidade. Por isso que é importante discutirmos o tema dos animais. Eu tenho partilhado essa questão com a Ver.ª Lourdes Sprenger há muito tempo. Eu era vereador, e a Lourdes era uma militante e ativista dessa área. Graças a ela e a outras, eu sou o autor que mais leis aprovou aqui sobre a questão dos animais – não foi o vereador que se elegeu deputado. Não foi ele porque ele não conseguiu aprovar, e quis, inclusive, inventar uma coisa nova: tratar de direito penal em nível municipal. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos e todas. Eu, nesta quarta-feira, depois de uma terça-feira em que tivemos uma prisão de um sujeito acusado da morte de Marielle, sujeito esse que mora no condomínio do Presidente da República. É, no mínimo, uma grande coincidência, uma enorme coincidência. Amanhã teremos um ato internacional, quando fecha um ano da morte da Ver.ª Marielle. E acordamos hoje com essa notícia, essa tragédia, já são dez pessoas mortas na cidade de Suzano, Ver. Hamilton. Nós não tínhamos isso no Brasil há um tempo, pelo menos. Espero que seja um caso isolado, não seja uma tendência como é nos Estados Unidos, de pessoas atirarem dentro das escolas como aconteceu na cidade de Suzano em São Paulo. São muitos assuntos e muito fácil de fazer relação com o que estamos vivendo, com o Presidente que temos e com as políticas que estão sendo implementadas, como é o caso da liberação das armas, como é, talvez por coincidência, nos Estados Unidos.
Mas eu subo aqui – já fizemos isso, agora pela manhã, na reunião de líderes, PSOL e PT – para falar sobre o PLCE nº 02/19, do Executivo, e o tema da audiência pública. A audiência pública é o momento, como o próprio nome diz, de ouvir o público. E é importante reafirmar esse conceito, porque, ainda que não tivesse formalizado até semana passada, agora já está, o local onde será realizada essa audiência pública, a Mesa Diretora tomou a decisão de fazê-la aqui na Câmara; portanto, a partir dessa decisão, se escolherá quem são as 115 pessoas que estarão de um lado do plenário, ou

mesmo que fossem os dois lados, teríamos 230, um número ínfimo pela quantidade de pessoas que estão interessadas em ouvir. Repito, é uma audiência pública, não é uma reunião de representantes. Nós, aqui, somos representantes, são 36 mandatos, mas uma audiência pública não é uma reunião em que se ampliam os representantes para 115 pessoas que possam ocupar aqui um lado da galeria, ou até os dois lados. Uma audiência pública é um momento em que a população tem a possibilidade de, diretamente, ouvir o que está sendo tratado. Ao realizar a audiência pública aqui, no dia 21 de março, está sendo cerceada a possibilidade disso, que é a natureza da audiência pública.

Então, hoje, pela manhã, na reunião de líderes, já levantamos o tema, já que os partidos de oposição não estão contemplados na Mesa Diretora, não puderam fazer isso lá, estão excluídos da participação da condução da Mesa Diretora, fizemos na reunião de líderes, puxado pelo líder de oposição, Ver. Robaina, e nós estamos formalizando esse pedido, para que a Câmara não seja um lugar de exclusão num momento importantíssimo, inclusive deferido pela Justiça, e não só por isso, por uma concepção mesmo de democracia, porque uma audiência pública, se não for para ouvir o público, perde o sentido de ser uma audiência pública. Então, estamos formalizando junto à Mesa Diretora; se outros vereadores desejam se somar a esta iniciativa, nós ainda não a protocolamos, falamos verbalmente hoje pela manhã na reunião de líderes e agora faremos formalmente. Vejam, não há nada de inovador; a Câmara já fez audiências públicas fora daqui, sobre o tema dos aplicativos, no Gigantinho, já fez no ginásio Tesourinha, em inúmeros outros lugares foram realizadas audiências públicas.

Fica aqui o nosso registro, estamos fazendo com lealdade, alertamos que faríamos, a própria Presidente Mônica pediu a formalização, e nós o faremos, para que a audiência pública do dia 21 não seja na Câmara Municipal de Porto Alegre, a bem da inclusão de quem queira ouvir. Estamos aqui falando, já de cara, em 25 mil pessoas, servidores ativos e aposentados, servidoras, que têm interesse diretíssimo no tema. Essas 25 mil pessoas e outras pessoas que acompanham o tema da Cidade não podem ficar resumidas a 115 pessoas. E, mesmo que se amplie o outro lado, mesmo que se coloque um telão no Plenário Ana Terra, a ideia da participação direta e da audiência pública é ouvir diretamente, é poder, inclusive, ter o direito de reagir com palmas e vaias depois da fala das pessoas que terão a tribuna para se manifestar. Então, realmente é da essência da audiência pública permitir a presença do público.

Não gostaria que esse tema voltasse a ser judicializado, inclusive que tivesse que vir ordem judicial pedindo para mudar de lugar. Então, caberia aqui ao conjunto da Câmara tomar antecipadamente esta decisão.
(Não revisado pelo orador.)

(Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente Mendes Ribeiro Filho, saúdo os colegas vereadores e as colegas vereadoras, neste momento, dando não só a nossa solidariedade ao nosso querido amigo e colega Ver. Marcantônio, mas também nos solidarizamos por este momento difícil pelo que ele passa neste dia. Passando por isso e trazendo o assunto aqui para a Câmara, nós não podemos esquecer que hoje é um dia que também nos leva a uma reflexão – não só nós, como também todos aqueles que votaram no atual Presidente da República. Por que essas investigações feitas e esse grande lamaçal que apareceu no dia de ontem, com a prisão de muitos cidadãos, lá no Rio de Janeiro, por que essa notícia ou a prisão desses cidadãos não saiu antes das eleições? Se de fato esse cidadão foi quem puxou o gatilho para tirar a vida da Marielle, e junto com ele está uma grande milícia que corrói o poder público, que corrói a vida do cidadão e da política, é muito triste para o brasileiro perceber que gente deste tipo sabia das ligações, não podemos afirmar nada, Ver. Wambert, mas algo por trás existe. No mesmo condomínio do Presidente encontra-se o cidadão, pelo que a polícia diz, que puxou o gatilho; inclusive foram apreendidos 117 fuzis. Centenas de milhares de pessoas podem ter sido prejudicadas por causa dessas milícias que acontecem pelo Brasil afora, mas principalmente no Rio de Janeiro. Olha, isso é lamentável! Imaginem quem apoiou esse tipo de gente dentro da política. É lamentável. O combate à corrupção tem que ser feito por todos nós, e condenado. Condenado! Não há como nós aceitarmos que possamos pagar caro por pessoas desse tipo, que estão infiltradas na política e que estão dentro de corporações do crime que, infelizmente, corroem a vida do brasileiro, do dia a dia, do recurso público.

Quero aqui dividir esse tempo também e fazer um apelo à Presidenta da Casa, à Mesa Diretora com relação à audiência pública marcada para o dia 21 a ser realizada aqui na Câmara. Uma audiência pública para ouvir a todos, ou para que a maioria possa se manifestar. Restringir a entrada do servidor público aqui na Câmara, até porque as cadeiras são poucas, não seria o ideal; seria o ideal estar num outro lugar, quem sabe num espaço bem maior, como o ginásio Tesourinha, ou em tantos outros lugares importantes que há em Porto Alegre, para poder, quem sabe no Auditório Araújo Vianna, quem sabe em outros espaços importantes que há na cidade, para não dizer que a Câmara, mais uma vez, impediu que o servidor público pudesse se manifestar. Nós não estaremos votando, nesse dia, o projeto de lei; a Câmara não estará em risco, não tem o que temer. Então, é um apelo que se faz, em nome da oposição, aqui, do PSOL e do PT, para que a Mesa Diretora, para que a Presidenta reavalie. Vamos abrir as portas de um outro estabelecimento, vamos dizer que a audiência pública foi importante para discutir, para deliberar algo que pode até ser aceito pelo prefeito, ou não, mas, numa hora como essa, tenho certeza de que o prefeito e o líder do governo estão pensando duas vezes para não entrarmos num brete sem saída e podermos valorizar a vida do servidor público; temos tempo para discutir e mudar muita coisa. É o recado que nós damos neste dia. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS):** Sr. Presidente, colegas vereadores, eu me senti na obrigação de vir aqui para responder a essa ilação que foi feita, no caso a culpabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por ter um vizinho que é bandido. Imaginem quem está no Congresso Nacional, que tira foto com os colegas do plenário. Imagina, não nessa legislatura, mas alguns dos senhores que são mais antigos, que sentaram ao lado de bandidos também. Então eu fico perplexo com essa ilação. Aliás, conta-se a frase de que o Presidente Bolsonaro diz que o condomínio dele é muito bom, e o que o mata é a vizinhança. Sobre o caso da Marielle – digo isso aos vereadores do PSOL, Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga – eu mesmo, nesta tribuna, me solidarizei, pedi por justiça;

agora a polícia está realizando seu papel. Eu quero me somar ao clamor de que nós precisamos descobrir quem é o mandante; se eles agiram sozinhos ou se estavam a mando de alguém. Assim como precisamos descobrir quem mandou matar o Presidente Bolsonaro, quem está por trás da faca daquele ex-militante do PSOL que, por segundos, por milímetros, não matou o Presidente da República. Nós não podemos, e eu digo isso como advogado, colega advogado Nelcir Tessaro, entender a defesa milionária que o Adélio Bispo está tendo. As investigações mostram que alguém tentou fraudar a presença dele no Congresso Nacional no mesmo dia do atentado, para criar um álibi, e agora vem um laudo dizendo que ele é louco. Não tenho condições técnicas de discordar do laudo, Ver. Camozzato, não sou psiquiatra, mas um louco pode ser usado como instrumento de um crime, um louco pode estar a serviço de um mandante. O fato, e se comprovado que Adélio Bispo é inimputável, não tira a imputabilidade do mandante. Se comprovado que Adélio Bispo não goza de suas faculdades mentais, e, portanto, o direito penal não o alcança, ele é inimputável, isso não tira a imputabilidade de quem mandou matar. Porque nem meu filho de três anos de idade, se eu contar a história, vai achar que aquele assassino agiu sozinho. Então estamos virando uma página da história, triste história política do Brasil, que é o assassinato da Marielle. Vamos descobrir o mandante, se Deus quiser, mas agora a sociedade brasileira quer saber quem mandou matar Bolsonaro. A mesma polícia que, com tecnologia, com eficiência, com competência, descobriu um crime quase perfeito pelo que a gente acompanha nas notícias, todos os cuidados que os criminosos tiveram, que os assassinos tiveram no caso Marielle; a gente percebe que com toda a tecnologia, já identificada a autoria da tentativa do assassinato do Bolsonaro, precisamos chegar aos mandantes, nós precisamos descobrir quem é que no Brasil faz política com as mãos sujas de sangue. Nós já sabemos quais as ideologias têm as mãos sujas de sangue. Agora, nós precisamos saber quais são as pessoas. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Professor Wambert. O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÀUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, quero aqui, em nome do meu partido e de toda a nossa militância e dirigentes, desejar ao Ver.

Luciano Marcantônio votos de pesar pela passagem do seu pai, que tenha muita luz e paz nesse passamento.

Quero usar este tempo de liderança para falar com os colegas aqui. Ontem, estivemos em um almoço da Associação Comercial de Porto Alegre, que nos proporcionou ouvir nossa Presidente Mônica Leal. Estivemos lá, eu, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Adeli Sell e a Ver.ª Lourdes. E lá falavam, na abertura, os representantes da Associação Comercial, os quais questionaram a nós, vereadores, sobre um projeto que nós aprovamos e virou lei aqui nesta Casa, que os devedores de IPTU, os devedores de ISSQN vão para o Serasa, para o SPC, cartório. Lá, se dizia que era um absurdo essa lei que esta Casa aprovou, que tinha que ser revogada essa lei, que nós tínhamos que mudar essa lei. Eu ouvi os argumentos dos membros da Associação Comercial de Porto Alegre a respeito disso, que nós tínhamos que ser sensíveis com a situação por que passam algumas empresas, vereador; que nós tínhamos que nos sensibilizar com empresas que, muitas vezes, juntam dinheiro para pagar o salário dos funcionários. O que me chamou atenção é que essas mesmas empresas que pedem a sensibilidade da Câmara de Vereadores e do prefeito são as mesmas que não têm sensibilidade quando um trabalhador fica desempregado ou, pior, quando um trabalhador tem que juntar as economias da família, se desfazer de algum patrimônio para, muitas vezes, pagar hospital, tratamento de saúde. Essas empresas não ficam sensibilizadas quando um cidadão comum atrasa uma conta; essas empresas colocam esse cidadão comum no SPC e no Serasa, colocam o cidadão comum no cartório como se nada estivesse acontecendo, Ver. Mauro Pinheiro, e aí querem a nossa sensibilidade, sensibilidade da população de Porto Alegre – quando falo nossa é da população de Porto Alegre – por não recolherem os tributos que ajudam na saúde, que ajudam na segurança pública, que ajudam na educação e, principalmente, no que mais reclamam que é a infraestrutura. Eu não entendi, mesmo, os argumentos: eu quero que o Município me dê tudo, que os meus funcionários, quando precisarem de assistência médica, tenham as UPAs, os prontos atendimentos, as UBSs funcionando, eu quero que os meus trabalhadores tenham direito a botar um filho numa creche, numa escola do Município, eu quero ver as praças podadas, ver o asfalto na Cidade, o esgoto funcionando, mas não quero pagar por isso! Eu quero que o cidadão, aquele que mora lá na periferia, aquele que muitas vezes não tem o dinheiro sequer para pegar um ônibus, pague imposto, mas eu não vou pagar! Então, é uma alegação muito estranha.

O que mais estranhou, também, foi que mudaram de ideia. No ano passado nós recebemos dezenas de empresários aqui querendo que votássemos o projeto do IPTU. Ontem, alguns, pelo menos lá nesse encontro, se manifestaram contrários ao aumento de IPTU, achando que esta Casa é uma casa de marionetes, achando que esta Casa funciona ao bel-prazer deles, mas todos nesta Casa têm posições, todos nesta Casa têm as suas convicções, e, principalmente, a lei é igual para todos. Se um trabalhador vai para o SPC e para o Serasa, qualquer credor do Município também tem que ir para o SPC e Serasa. Seria isso, Sr. Presidente, obrigado. Volto a falar aqui: os nossos pêsames ao Ver. Luciano Marcantônio pela passagem do seu pai no dia de hoje.
(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver. Clàudio Janta. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, público que nos assiste nas galerias. Gostaria de fazer um agradecimento inicial ao meu colega de bancada, o Ver. Roberto Robaina, pela possibilidade de usar o tempo de liderança do nosso partido, o PSOL.
Com bastante apreensão, recebemos as notícias dos últimos dias: a violência é crescente no nosso País e tem reflexo em toda a sociedade. Lamentamos muito tudo o que está acontecendo. Na data de amanhã, temos um ano completado da morte da nossa vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco. Em nenhum momento, nós fizemos relação direta com esse ou aquele indivíduo, cidadão brasileiro, com relação à responsabilização por esse crime brutal e covarde, mas sempre exigimos dos órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro a investigação séria e a busca pelos culpados. A polícia apresenta, nos últimos dias, dois indivíduos milicianos; e, desde o início, desde que houve esse crime, nós viemos afirmando: há envolvimento de milícias, foram elas que mataram Marielle. Exigimos, desde então, a busca pelos culpados, mas nós não nos restringimos apenas à busca pelos executores do crime, nós queremos a investigação dos mandantes, queremos também saber quais foram as razões, o que existe por traz desse crime covarde. Sempre afirmamos que as milícias eram o cerne, eram o centro desse ataque, e,

ao contrário do que um vereador veio falar nesta tribuna, ninguém do PSOL culpabilizou a família Bolsonaro. Nós não culpabilizamos, não culpabilizamos, esperamos que os órgãos de segurança do Rio de Janeiro busquem os mandantes. Se for família Silva, Souza, Santos, se for família Bolsonaro, que paguem por isso, mas que sejam buscados os culpados, executores e mandantes - quem arquitetou essa brutalidade! Agora, todos sabem que Flávio Bolsonaro, um dos filhos do Presidente, tem envolvimento com milícias, ele empregava em seu gabinete, quando deputado estadual do Rio de Janeiro, duas parentes do chefe do escritório do crime no Rio de Janeiro, organização criminosa que mandava matar. Todos sabem! Ou seja, há uma ligação umbilical de Flávio Bolsonaro com esse operativo criminoso. Nós, como cidadãos - não estou falando do meu partido - deveríamos exigir que os tentáculos de quaisquer organizações criminosas fossem extirpados da política e dos espaços de poder e decisão neste País, mas parece que isso está entranhado, e algumas pessoas fazem uma defesa ferrenha de que se botem panos quentes, se jogue água na fervura, não se busque culpabilizar os indivíduos que são operadores dentro dos espaços de poder e decisão dessas organizações, que os acobertam, que silenciam os veículos de comunicação, que tergiversam os discursos, que tangenciam as operações de investigação. Isso nós nunca aceitaremos, nunca aceitaremos! Então, não me venham defender esse ou aquele. Queremos, exigimos investigação séria, punição a todos aqueles dentro dos rigores da lei; disso não arredamos pé. Um grande abraço a todos, e seguimos neste enfrentamento contra a criminalidade, que tanto nos envergonha e prejudica o nosso País. Um abraço a todos.
(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver. Alex Fraga. Quero registrar a presença do Professor Tóvi, primeiro suplente de vereador da coligação PSB/REDE, que já teve a honra de assumir nesta Casa. Seja bem-vindo!
O Ver. Comissário Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB):** Boa tarde, Presidente Mendes Ribeiro; boa tarde meus colegas vereadores e minhas colegas vereadoras, pessoal da galeria, pessoal da TVCâmara; eu gostaria de agradecer pelo período de liderança concedido pela minha bancada. Em nome da minha bancada, quero lamentar o

falecimento do pai do nosso vereador e secretário Luciano Marcantônio. Fica o registro da bancada e deste vereador dos mais sinceros sentimentos, que Deus o receba de braços abertos.

De outra banda, senhores, eu gostaria de parabenizar a polícia carioca pela elucidação de um crime bárbaro, de um crime covarde, de um crime que ataca a democracia de uma nação, de um país, que foi o assassinato de uma vereadora. A polícia carioca demonstra que é uma polícia de governo, não é uma polícia de Estado. Todos nós, policiais, somos policiais de Estado, não de governo. Senhores, quando morre alguém, os senhores podem ter certeza de que nenhum policial pergunta de que partido é, de que cor é, de que sexo é, qual a sua opção sexual. Os senhores podem ter certeza disso. Morreu alguém, isso deve ser apurado em todas as suas circunstâncias. Infelizmente, o Brasil é um país onde morrem mais de 60 mil pessoas por ano; desses 60 mil, em apenas 8% chega-se à autoria do fato, sendo que desses 8%, menos da metade é condenada. Então, houve esse crime quase perfeito, como disse o Ver. Professor Wambert, quase sem vestígios – e falo como técnico e como profissional de segurança –, mas a polícia detectou dois ex-PMs que tinham sido expulsos da própria força por serem do mal, o que demonstra que a polícia corta na própria carne, prendeu esses criminosos e elucidou o caso. Mas ainda faltava um dado: quem é o mandante? Digo aos senhores que é um caso de dificílima elucidação; dentro desses 60 mil homicídios, esse caso, especificamente, ter sido elucidado é motivo de comemoração, de exaltação ao trabalho da polícia, que não se detém em cor, partido, raça ou gênero, o que demonstra que a polícia investiga morte de seres humanos.

Gostaria de comungar com os senhores porque participei da mesma indignação dos senhores com a morte da Ver.ª Marielle, porque é um ser humano, independentemente de ideologia; como também da tentativa de homicídio do Presidente Bolsonaro. Agora, espero que essa punição não fique somente em regime semi-aberto ou na tornozeleira eletrônica, mas que esses elementos, expulsos da Brigada, hoje milicianos, executores, sejam punidos no rigor da lei e, talvez, com prisão perpétua, que é uma coisa a ser discutida neste País. Para esse tipo de sujeito não há ressociabilização! Um homem que pega uma metralhadora, que pega uma pistola para atirar na cabeça de uma mulher por uma questão ideológica não se ressociabiliza. Então, quero o maior rigor possível da lei para a punição do assassino de Marielle, também para quem tentou matar Bolsonaro, e

para qualquer um que tente matar qualquer cidadão deste País. Não é possível que, neste País, fomentado pela impunidade, alguém ache um bom negócio entrar numa escola e matar crianças; alguém ache um bom negócio, à beira da impunidade, matar um vereador, matar um presidente, matar um deputado, matar um cidadão, um chefe de família, uma mulher, um negro, um preto, um homossexual. Não pode ser um bom negócio. A eles eu desejo o rigor da lei. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Comissário Rafão Oliveira. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro, comandando os trabalhos. Quero aqui, primeiramente, dar meus pêsames à família do vereador e hoje secretário Marcantônio pelo falecimento do seu pai. Quero aqui aproveitar a oportunidade, não poderia deixar passar em branco, Ver. Oliboni, estou com o amigo agora pela terceira vez - quando era deputado, quando V. Exa. também ocupou o cargo. Portanto lhe conheço bem, tenho o maior respeito pelo amigo, mas nunca vi, em todo esse tempo que lhe acompanho, o amigo fazer uma autocrítica do PT e falar sobre a prisão do Lula, sobre o Palocci, o Zé Dirceu, sobre a morte do ex-prefeito de Campinas, o Daniel - o PT, até hoje, não sabe o que fez e nem o que deixou de fazer, mas há uma culpa muito grande na cúpula do PT em relação à morte daquele ex-prefeito. O governo da Dilma foi pífio, com inúmeras corrupções, e o amigo nunca falava. Instituto Lula, BNDES, dinheiro para Cuba, Venezuela, dinheiro que o Brasil não vai receber mais - e o amigo Ver. Oliboni nunca se manifestou! Agora, aqui, faz uma ilação. Imagina se nós, Ver. Tessaro, tivermos, um dia, a infelicidade de morar em um condomínio e ter um bandido - não sabíamos -, um ladrão, um estelionatário. E como tem estelionatário no PT! Tem que conviver. O cara se elegeu, e quando vai ver o cara está lá. O fracasso do PT na Prefeitura nos 16 anos - o Ver. Oliboni nunca disse uma frase sobre isso e sobre o rombo nas contas públicas do Município; fracasso no Estado, tanto que não vai ao segundo turno na Prefeitura, como também não vai ao segundo turno no Governo do Estado. Então, a gente tem que ter cuidado, e olha que sou crítico. Já disse aqui várias vezes que o meu presidente do partido, Ciro Nogueira, deveria estar longe. E eu não conheço e nem quero conhecer. Eu

acho que o partido perde tempo em ter um presidente com esse nível, nacionalmente, que direciona dinheiro do partido, do fundo partidário, para o PT, lá no Nordeste no Piauí, Ver. Wambert. Um presidente do meu partido que direciona verba para o PT em nível nacional, que só se elege porque faz coligação no Piauí, com o PT. Eu nunca vi aqui o Ver. Oliboni, nem quando estava na Assembleia, falar sobre o rombo que o PT criou aqui no Badesul do Rio Grande do Sul, com verba do BNDES; trouxe uma moça do Mato Grosso do Sul para direcionar, comandar o Badesul, que está com processo na Justiça, dentre outras pessoas do PT. Deram dinheiro para empresas que não tinham garantia, deram dinheiro para empresas que, naturalmente, não fizeram a contrapartida. Então, muitas coisas do governo Bolsonaro, também não gosto, e vou falar aqui. Eu acho que tem um Ministro da Educação confuso, acho que é perder tempo deixar desta forma lá, acho que tem muita coisa a fazer e justificar - está caindo muito raio no mesmo lugar, que às vezes não se sustenta. Um partido pífio que não representa e não sabe nem por que, já disse aqui e vou citar, tem gente que vai passar quatro anos no... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Presidente, deputados federais vão passar quatro anos e não vão saber por que estão lá e por que se elegeram; aqui, na Assembleia, também. Então, tenho a maior tranquilidade de dizer isso. Agora, fazer ilações... E o Ver. Aldacir Oliboni é um homem que reza bastante, é crucificado na cruz, naquela bela procissão lá do Morro da Cruz, então, tem que ter cuidado, meu “Jesus Cristo”, não pode largar assim no ar. Se nós formos acusar todo mundo que mora junto a alguém, ou perto de alguém, ou que tira foto com alguém... Então, nós temos que ter cuidado. Eu tenho muita consideração com o amigo, acho que é um homem sério, trabalhador, Ver. Aldacir Oliboni, mas tem que ter cuidado, pois seu partido tem um rabo muito comprido que vai até São Borja, volta e capaz de atravessar a Argentina. Um abraço. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, que preside esta sessão, Sras. Vereadoras e Sras. Vereadores, lamentando ainda a morte do pai do

nosso colega Luciano Marcantônio. Não dá para calar quando se ouve a bancada do PT e o Ver. Alex do PSOL falarem e culparem milícias sem lembrá-los que o PT matou um por um de quem estava no caminho do Lula para ser presidente – mandou matar! Mandou matar o Celso Daniel. Vocês lembram do Sombra? Coleguinha da bancada do PT que cuidava do lixo - mandaram matar! Agora, eles vêm aqui querendo que se dê nome aos bois, todos nós queremos que se dê nome aos bois, mas o PT matou um a um que se cruzou no caminho do Lula. E o vereador vem aqui para defender essa gente, ou se fazer de bobo, que não sabe disso! Mas como? Ou essa turma não é a turma do José Dirceu, do Palocci, da Dilma, da Gleisi, de todos esses que estão presos? Com que moral vêm aqui cobrar alguma coisa que nós todos cobramos? Nós todos cobramos que apareça quem mandou Celso Daniel morrer, quem mandou matar o Toninho, prefeito de Campinas, todos que sabiam dos podres do PT antes do Lula chegar lá! Depois que ele chegou, nós sabemos o que aconteceu! Esses foram crimes premeditados. Premeditados! E começaram a desaparecer as testemunhas, de maneira trágica, por acidente – hoje já se sabe que não é bem acidente assim. Então, vir aqui culpar A ou B, Ver. Wambert, culpar: ah, porque o filho desse, o filho daquele...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** É, eu falei agora, quem matou o Toninho, do PT, quem matou o Celso Daniel, quem matou tantos outros que nós não sabemos, que poderiam ser testemunhos vivos dessa tragédia! E se tivessem descoberto isso antes, o Lula não teria sido Presidente, a Dilma não teria sido Presidente; o Temer também não teria sido.

Então, só para nós não fazermos aqui o papel de otários, todo mundo tem o direito de omitir quando é acusado, quando é vítima. Agora, quando é testemunha, quando são os vereadores que aqui falaram, isso não, podem emitir opiniões; agora, falsidades, mentiras e inocências que não as têm, não pode. Expliquem quantas mortes aconteceram para que o Lula fosse Presidente, isso é que o PT deve falar. E até quero chamar o PSOL também, Ver. Robaina, para que comece também a olhar para o PT, que não é nenhum anjinho, o PSOL saiu de dentro do PT, e isso nós aplaudimos, porque discordou. Só que também tem que gritar contra esses assassinatos que não foram explicados até hoje. Tem que

explicar o assassinato da Ver.ª Marielle, parece que já estão explicando, por um bando de bandidos mesmo. Um bando de bandidos, cheio de armas. Esses não são cidadãos brasileiros, são bandidos brasileiros, eles tanto matam a Marielle quanto a ti ou a mim ou qualquer pessoa. Pagando, eles matam, são sicários. E esses nós temos que combater, todos nós, principalmente descobrir os mandantes. Temos que descobrir os mandantes e puni-los tanto igual os sicários que apertaram o gatilho. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

**Vereador Valter Nagelstein (MDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, antes que encerre a sessão, eu acho que todos nós, hoje, estamos chocados com o massacre das crianças em São Paulo. Eu, particularmente, pai de três filhos, cada vez que vejo ou ouço a respeito de um episódio que envolva violência contra crianças praticamente me estraga o dia. Eu acho que é um momento que nos enluta e nos entristece a todos. Então eu acho que nós não podemos encerrar esta sessão sem fazer o registro do nosso luto pelo que também a Câmara de Porto Alegre se solidarize com a dor dessas famílias, com a dor que é do Brasil neste momento. Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento dessas crianças que foram covardemente massacradas na cidade de Suzano-SP, no dia de hoje.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Ver. Valter Nagelstein, realmente lamentável, é um momento de reflexão para todos nós de poder analisar a situação em que o País vive com essas agressões e com essa violência. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)...

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Em votação Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Deixamos aqui o nosso abraço, o nosso carinho e a nossa solidariedade ao nosso colega Luciano Marcantônio e à sua família por este momento difícil, eu sei que perder um pai não é fácil. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h17min.)